



J. D. Prestes
EIRELI

À Sra. Rose Faria Braga presidente da Comissão Permanente de Licitação da
Câmara Municipal de Santos.

Ref: Recurso Administrativo
CONCORRÊNCIA Nº 02/2023
PROCESSO Nº 01/2023

A empresa JD Prestes Ltda., por seu representante legal adiante assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, na qualidade de licitante no certame em epígrafe, apresentar Contrarrazões, com fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, ao recurso administrativo interposto pela empresa ARPOLAR SERVICE LTDA, em face da decisão de sua inabilitação, o que faz conforme as razões a seguir expostas.

Rua Fernando Amaro, 909, Loja 03 – CEP 80.045-230 – Alto da Rua XV – Curitiba – PR – Brasil

Telefone: (41) 3018-2061 – (41) 3018-2071 – e-mail: cprestes@jdprestes.eng.br



1. Tempestividade

Nos termos do fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei nº 8.666/93, quando interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Considerando que a comunicação da interposição de recurso se deu em 04/09/2023 e considerando o feriado de 07/09/2023 e o recesso da Câmara no dia 08/09/2023, o prazo recursal vence em 13/09/2023, sendo tempestiva a presente manifestação.

2. Fatos

A Câmara Municipal de Santos realizou licitação na modalidade Concorrência para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Elaboração de Projeto Executivo e Execução de Obra de Projeto de Ar Condicionado central VRF, com fornecimento de materiais e serviços, na Câmara Municipal de Santos.

Em 15/08/2023 as empresa interessada apresentaram os envelopes de habilitação e proposta, sessão pública foi suspensa para análise dos documentos de habilitação.

Em 25/08/2021, foi publicada a ATA com o resultado das análises dos documentos de habilitação, a empresa ARPOLAR SERVICE LTDA foi inabilitada por não ter apresentado atestados de capacidade técnico-operacional que comprovasse o fornecimento dos equipamentos conforme bem apontado pela Comissão de licitação da Câmara de Santos:

3. Não atendimento à exigência de qualificação Técnico- Operacional item 8.5.1. b)

Para efeito de habilitação no presente certame, o licitante deveria apresentar, dentro outros documentos, documentação que comprovasse a **Qualificação Técnico-Operacional da empresa**. Veja-se a exigência do item 8.5.1.

8.5.1. Para comprovar a Qualificação Técnico-Operacional, a licitante deverá apresentar:

b) A empresa licitante deverá apresentar, através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, **devidamente registrado(s) na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), prova do desempenho de atividade compatível em**

Rua Fernando Amaro, 909, Loja 03 – CEP 80.045-230 – Alto da Rua XV – Curitiba – PR – Brasil

Telefone: (41) 3018-2061 – (41) 3018-2071 – e-mail: cprestes@jdprestes.eng.br



características e quantidades com o objeto desta licitação, impondo-se os seguintes quantitativos mínimos para prova de serviços similares: **fornecimento e instalação de Sistemas de Ar Condicionado Central VRF**.

1. **Entende-se por mesma natureza e porte**, atestado(s) de produtos similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que o licitante prestou serviços correspondentes a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do objeto da presente licitação, atestando inclusive, o bom desempenho e o cumprimento a contento das obrigações contratuais quando da prestação dos serviços.

Diante desta decisão, a empresa ARPOLAR interpôs recurso administrativo, requerendo a reforma da decisão de sua inabilitação.

Em síntese, equivocadamente declara que sua inabilitação se deu em razão de regra editalícia manifestamente ilegal, já que a exigência de qualificação técnica operacional não possuiria previsão na Lei nº 8.666/93.

No entanto, as razões apresentadas pela ARPOLAR não merecem ser acolhidas, e razões são as que se passa a demonstrar.

4. Correta Inabilitação da ARPOLAR

A qualificação técnico-operacional corresponde à capacidade da empresa, referindo-se a aspectos típicos da estrutura organizacional da empresa licitante, como fornecimento e instalações de equipamentos e equipe, a empresa ARPOLAR deixou de apresentar atestado que comprovasse o fornecimento de Sistemas de Ar Condicionado Central VRF e, por essa razão, foi corretamente inabilitada.

SÚMULA TCU Nº 263: “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.



No atestado, são considerados detalhes como a quantidades dos equipamentos entregues, prazo de entrega, características da obra, isso confirma que a empresa realmente tem a capacidade de atender ao que foi solicitado na licitação.

Não se trata apenas da palavra fornecimento não estar descrita, quando o fornecimento dos equipamentos é uma das parte mais importantes da obra porque que exige da empresa a capacidade logística e capital financeiro para a compra e transportes dos equipamentos.

De acordo com a Lei de Licitações, no artigo 30, é permitido solicitar atestados para comprovar a habilidade da empresa em realizar atividades relevantes e compatíveis com as características, quantidade e prazos estabelecidos na licitação.

Como forma de descaracterizar seu não atendimento às regras da presente licitação, a ARPOLAR equivocadamente aduz que a exigência de capacitação técnico-operacional seria ilegal e busca de toda forma encontrar subterfúgios que pudessem aparentar o cumprimento das irregularidades apontadas pela Comissão Permanente de Licitação.

Primeiro, conforme se demonstrará abaixo, trata-se de exigência legal, conforme posicionamento do TCU, caso a empresa entendesse por tratar-se de exigência ilegal, esta deveria ter impugnado a referida cláusula, o que não fez e, ao participar da licitação, a ARPOLAR concordou com as regras editalícias, não podendo agora, depois de inabilitada querer mudar as regras do edital.

Neste ponto cabe destacar a aplicabilidade do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O princípio, aplicável em todas as espécies de editais da Administração Pública, visa garantir segurança aos interessados, reforçando a ideia de que não serão surpreendidos com decisões contrárias ao instrumento.

Nesta linha é o ensinamento de Marçal Justen Filho:

Na licitação, a vinculação à lei é complementada pela vinculação ao ato convocatório. A Administração dispõe de margem de autonomia para configurar o certame. Mas incumbe à Administração determinar todas as condições da disputa antes



de seu início e as escolhas realizadas vinculam a autoridade (e os participantes do certame).

(...)

Uma vez realizadas as escolhas atinentes à licitação e ao contrato, exaure-se a discricionariedade, que deixa de ser invocável a partir de então – ou, mais corretamente, se a Administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita, como regra, a refazer toda a licitação, ressalvadas as hipóteses de inovações irrelevantes para a disputa.

Assim, não é possível que, após inserir exigências específicas no Edital, a Câmara Municipal de Santos deixe de cumpri-las.

Ademais, caso a ARPOLAR entendesse pela inconformidade da exigência de qualificação técnica, deveria ter impugnado estes termos do edital no momento oportuno e, se alterado o edital, sua participação estaria respaldada. Não se pode admitir que se evoque incompletudes e exigências inócuas do edital apenas quando inabilitada. Tal atitude configura violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

E neste sentido o Superior Tribunal de Justiça já emitiu o seguinte posicionamento: “Se o Recorrente, ciente das normas editalícias, não apresentou em época oportuna qualquer impugnação, ao deixar de atendê-las incorreu no risco e na possibilidade de sua desclassificação, como de fato aconteceu”.

Conforme exposto, a Administração estará sempre vinculada às disposições do edital convocatório. Ainda, o descumprimento da ARPOLAR é evidente, em razão do não atendimento do Item 8.5.1.b, estando correta a inabilitação da licitante

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer sejam recebidas as presentes contrarrazões, com fulcro no § 3º do, art. 109 da Lei n º 8.666/93, com o acolhimento das razões expostas para que **seja mantida a inabilitação da ARPOLAR**, uma vez que, conforme restou acima



J. D. Prestes
EIRELI

comprovado, esta empresa apresentou documentação de qualificação técnica em desconformidade com o exigido em Edital.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Curitiba, 13 de Setembro de 2023

JAIME DANIEL
PRESTES:03522453
956

J.D Prestes Ltda
Jaime Daniel Prestes
Administrador